

1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 9912295161 QUE ENTRE SI FAZEM O (A) MINISTÉRIO PÚBLICO E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONTRATANTE:

Denominação/Nome por extenso: PARÁ MINISTÉRIO PÚBLICO		
CNPJ/MF: 05.054.960/0001-58	Inscrição Estadual: ISENTO	
SIGLA/Nome resumido: PA MP PRG GABINETE DO PROCURADOR GERAL	Ramo de Atividade: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL	
Endereço: R. JOÃO DIOGO, 100 – EDIFÍCIO SEDE 5º ANDAR – CIDADE VELHA		
Cidade: BELÉM	UF: PA	CEP: 66015-165
Telefone: (91) 4006 3502 / 3503	FAX:	
Endereço Eletrônico: licitacao@mppa.mp.br		
Nome do Responsável: GILBERTO VALENTE MARTINS		
Cargo: PROCURADOR GERAL	RG: 6648627 SSP/PA	CPF: 130.834.142-34
Nome do Responsável:		
Cargo:	RG:	CPF:

CONTRATADA:

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969.		
Nome de Fantasia: SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE OPERAÇÕES - PARÁ	CNPJ/MF/DR: 34.028.316/0018-51	
Endereço: AV. PRESIDENTE VARGAS Nº 498 – CAMPINA		
Cidade: BELÉM	UF: PA	CEP: 66017-900
Telefone: (91)3211-3054/3148	FAX: (91)	
Endereço Eletrônico: pagevenclientes@correios.com.br		
Nome do Representante Legal: JOCLAU BARRA LIMA		
RG: 2165651 SSP/PA	CPF: 333.250.222-00	
Nome do Representante Legal: RIVANIL DA SILVA PIRES		
RG: 3404659 PC/PA	CPF: 635.063.782-87	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente Instrumento, elaborado conforme disposto no art. 62, § 3º, II, da Lei 8.666/93 e demais alterações posteriores, o TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE OPERAÇÕES PA
GERENCIA REGIONAL DE VENDAS

Av. Presidente Vargas nº. 498 – 2º andar – Campina – Belém/PA 66017-900
Telefone: (91) 3211-3054/3144 – e-mail: pagevenclientes@correios.com.br

1 



CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Em conformidade com o art. 57, II da Lei n.º 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de **09/05/2018** até **08/05/2019**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência a partir da data acima e após assinatura das partes.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em **R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**

4.2. A classificação destas despesas se dará da seguinte forma:

Classificação: 12101.03.122.1434.8382 - Operacionalização das ações Administrativas

Elemento: 3390-39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 0101 - Recursos Ordinários

Data do Empenho:

Valor: R\$.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO:

Caberá a(ao) CONTRATANTE, por sua conta, a publicação resumida do presente Termo Aditivo na imprensa oficial e no prazo legal.

CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO:

Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas pelo presente instrumento.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente Instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Belém/PA, 11 de ABRIL de 2018.

Pela **CONTRATANTE**:


GILBERTO VALENTE MARTINS
PROCURADOR GERAL

Pela **ECT**:

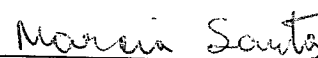

Joclau Barra Lima
Superintendente Estadual - SE/PA
Matrícula 8.454.255-1

JOCLAU BARRA LIMA
SUPERINTENDENTE ESTADUAL SE/PA.


Rivanil da Silva Pires
RIVANIL DA SILVA PIRES
GERENTE REGIONAL DE VENDAS/PA

TESTEMUNHAS:


NOME: Euzen Guimarães
CPF: 508.952.572-20


NOME: _____
CPF: 660.222.312-72

PORTARIA N.º 2362/2018-MP/PGJ
A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0004412-41.2018.8.14.0401 (SIMP n.º 008377-003/2018), conforme preleciona o art. 24 do Código de Processo Penal, e nos termos do art. 28 do CPP, oferecer a devida denúncia em desfavor de Carlos Junior Furtado dos Santos, pela prática do crime de receptação, tipificado no art. 180 do Código Penal Brasileiro, em razão das fundamentações apresentadas.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de abril de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procuradora-Geral de Justiça

PORTARIA N.º 2363/2018-MP/PGJ
A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO para funcionar como longa manus da Procuradoria-Geral de Justiça nos autos do Processo nº 0021141-79.2017.8.14.0401 (SIMP n.º 038928-003/2017), conforme preleciona o art. 24 do Código de Processo Penal, e nos termos do art. 28 do CPP, oferecer a devida denúncia em desfavor de Danilo Ferreira da Silva, pela prática do crime de roubo qualificado, tipificado no art. 157, §2º, inciso I e II, do Código Penal Brasileiro, em razão das fundamentações apresentadas.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de abril de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procuradora-Geral de Justiça

Protocolo: 301392

ERRATA

ERRATA

Nº. DO CONTRATO: 030/2017-MP/PA.

Nr da Publicação: 33597.
Partes: Ministério Público do Estado do Pará e MICROLESTE TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA - EPP.
Onde se lê: "Elemento de Despesa: 3390-39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica".
Leia-se: "Elemento de Despesa: 3390-40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica"
Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 301713

TERMO ADITIVO A CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

Nº 024/2017-MP/PA

Nº DO TERMO ADITIVO: 1

Nº DO CONTRATO: 024/2017-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (CNPJ nº 34.028.316/0018-51)
Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência.
Data de Assinatura: 11/04/2018.
Dotação Orçamentária: -Atividade: 12101.03.122.1434.8332 – Operacionalização das Ações Administrativas.
Elemento de despesa: 3390-39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.
Fonte de Recurso: 0101 – Recursos Ordinários.
Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 301538

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

NÚM. DA DISPENSA: 011/2018-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa J. NETO DA SILVA EIRELI ME-PROVETEC (CNPJ 15.788.403/0001-14).
Objeto: Prestação de Serviços de acesso à internet para Promotoria de Justiça de Goianésia.
Valor Total: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).
Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93.
Data da Assinatura: 10/04/2018.
Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.126.1434.8326.
Elemento de despesa: 339040.
Fonte de Recurso: 0101.
Ordenadora Responsável: Dra. Dulcelinda Lobato Pantoja.

Protocolo: 301537

NORMA

ORDEM DE SERVIÇO N.º 02/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, usando de suas atribuições e com fundamento no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 18, V, da Lei Complementar nº 57, de 6 de julho de 2006, e CONSIDERANDO a necessidade de adoção de políticas administrativas que visem à eficiência e segurança jurídica dos procedimentos em trâmite no âmbito desta Instituição Ministerial,
R E S O L V E:
Art. 1º Determinar aos servidores do Ministério Público do Estado do Pará que as folhas de quaisquer procedimentos administrativos recebidos nas diversas unidades da Instituição sejam numeradas e rubricadas a partir do segundo elemento.
Art. 2º A numeração das folhas introduzidas ao procedimento no curso de sua tramitação será de responsabilidade do servidor que proceder à respectiva inserção.
Art. 3º Caberá às chefias imediatas fiscalizar o fiel cumprimento deste Ato.
Art. 4º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em 5 de abril de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 301647

OUTRAS MATÉRIAS

EXTRATO DE PORTARIA DE

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA
Procedimento Administrativo nº 000493-440/2015
Instauração: 26/03/2018
Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.
Origem: Procedimento instaurado a partir de reclamação solicitando a execução de drenagem e pavimentação asfáltica da Passagem Santa Terezinha e Loteamento Rosa dos Ventos.
Objeto: Acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas voltadas à drenagem e pavimentação asfáltica da Passagem Santa Terezinha e Loteamento Rosa dos Ventos, município de Ananindeua;
Ananindeua-PA, 26 de março de 2018
LIZETE DE LIMA NASCIMENTO
Promotora de Justiça, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Ananindeua

Protocolo: 301870

EXTRATO DA PORTARIA Nº 015/2018-MP/6ª PJP

A 6ª Promotora de Justiça Cível de Parauapebas, com fundamento no art. 129, da CF/88, art. 26, da Lei nº 8.625/93, art.52, da Lei Complementar Estadual nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 003/2018-MP/6ª PJP, de SIMP nº 006205-030/2017, o qual se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Parauapebas, situada na Rua B, nº 440, Bairro Cidade Nova, CEP 68.515-000 - Parauapebas - Pará - Fone/Fax: (94) 3346-1664.
Portaria Nº 015/2018-MP/6ª PJP
Investigado: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Assunto: Apuração acerca da responsabilidade do Município quanto a omissão deste na destinação e tratamento do esgoto no Bairro União.
Cristina Michiko Taketa Morikawa - Promotora de Justiça.

Protocolo: 301665

**TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018-mp/pa
COMUNICAÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados a interposição de recurso administrativo apresentado pelas empresas MOREIRA MOUTINHO ENGENHARIA e PJC PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA em face do resultado da fase de habilitação da TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018-MP/PA, que tem como objeto a Contratação de empresa para execução de Serviços de reforma do prédio anexo ao Edifício Sede para novas instalações da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Pará. Informamos que o inteiro teor dos Recursos está disponível no site

http://www.mppa.mp.br/, junto ao link da Tomada de Preços.
As Contrarrrazões podem ser apresentadas no período de 17 a 23/04/18, conforme o Art.109, §3º da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.
Belém, 13 de abril de 2018.
a) Presidente

Protocolo: 301636

PORTARIA Nº 003/2018-MP/3ªPJB, DE 06/03/2018

Instaura o Inquérito Civil Nº 003/2018-MP/3ªPJB, com objetivo de investigar possíveis irregularidades pertinentes não só aos fatos narrados na Notícia de Fato de Protocolo nº 948/2017-MP/3ªPJB, que traz, em seu conteúdo, abaixo-assinado formulado por moradores da cidade de Breves/PA, denunciando possível prática de poluição sonora pelo estabelecimento denominado "Salve Jorge", assim como poluição sonora emitida por todos os empreendimentos localizados na Cidade de Breves. Além disso, pretende-se averiguar eventuais omissões do Poder Público Municipal em promover a regular fiscalização que lhe é de dever.
GABRIELA RIOS MACHADO
Promotora de Justiça – Coordenadora da RA 8 – Polo Marajó II, outrora respondendo pelo 1º e 3º Cargos de Breves

Protocolo: 301822

EXTRATO DE PORTARIA Nº 010/2018/MP/4ªPJA

O 4º Promotor de Justiça de Abaetetuba torna pública a expedição da Portaria nº 010/2018/MP/4ªPJA, encaminhada aos seguintes órgãos: Procuradoria-Geral de Justiça, Corregedoria-Geral do MPPA e Centro de Apoio Operacional Constitucional que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Abaetetuba, situada na Avenida São Paulo, nº 2072, bairro Aviação, Cep 68.440-000 – Pará – Fone/Fax: (91) 3751-1177.
1.Portaria: Instaurar o presente Procedimento Administrativo Preparatório com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na construção de uma fossa asséptica na calçada da Rua Manoel Costa, no município de Abaetetuba, pela pessoa jurídica de direito privado "Equatorial Park Clube".
Abaetetuba/PA, 12/04/2017
Bruno Saravalli Rodrigues – Promotor de Justiça

Protocolo: 301801

**EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2018/MP/2ª PJM DE
INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO
Nº 000128-104/2018**

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da 2ª Promotoria de Justiça Militar, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Nº 000128-104/2018
Objetivo: Apurar o recrudescimento da violência contra policiais militares no ano de 2018.
Belém – PA, 12 de abril de 2018.
ARMANDO BRASIL TEIXEIRA, 2º Promotor de Justiça Militar.

Protocolo: 301805

**EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR
Nº 006206-131/2017**

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANO CALENDÁRIO 2011

ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO ASSISTÊNCIA E LAZER AOS IDOSOS DE ICOARACI
ARQUIVAMENTO: Aprovar as contas do ano calendário de 2011 da Associação Assistência e Lazer aos Idosos de Icoaraci, com **RECOMENDAÇÕES.** Em consequência ARQUIVAR o Presente Procedimento, nos moldes do art. 9º da Lei n. 7.347/1985, em face de inexistir fundamento à propositura de Ação Civil.
DARLENE RODRIGUES MOREIRA, 1ª Promotora de Justiça Cível de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci.

Protocolo: 301743

PORTARIA N.º 2255/2018-MP/PGJ

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em exercício, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Procedimento Investigatório Criminal, referente ao Processo n.º 0000662-70.2018.8.14.0000, que investiga suposto cometimento de crimes previstos no Decreto-Lei nº 201/67, Lei nº 9.613/98 e Lei nº 8.666/93 por parte de Deputado Estadual,
R E S O L V E:
DELEGAR poderes ao Promotor de Justiça ALEXANDRE BATISTA DOS SANTOS COUTO NETO, atual Coordenador do Núcleo de Combate à Improbidade e Corrupção do MP/PA, conforme PORTARIA Nº 5.361/2017-MP/PGJ, publicada no DOE de 21/08/2017, para, com fundamento no artigo 56, IX da Lei 057/2006 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, officiar no presente feito e tomar as providências que entender cabíveis.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 09 de abril de 2018.
DULCELINDA LOBATO PANTOJA
Procuradora-Geral de Justiça, em exercício